

# A Rainha D. Leonor e Gil Vicente diante do *Boosco Deleitoso*

**Maria do Amparo Tavares Maleval**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

**Resumo:** Sabe-se que a rainha D. Leonor foi a principal impulsionadora do teatro de Gil Vicente. Viúva do Rei D. João II e irmã de D. Manuel, ela foi franciscana da Ordem Terceira e por sua iniciativa muitas obras religiosas foram publicadas, como o *Boosco Deleitoso*, tratado de edificação espiritual, que veio a lume em 1515. Pretendemos observar alguns aspectos do franciscanismo e/ou agostiniano que unem a vida da Rainha Velha, os autos de devoção vicentinos e a história exemplar que, afinal, constitui o *Boosco Deleitoso*, apresentando-nos uma concepção da existência humana enquanto *peregrinatio* rumo ao Eterno.

**Palavras-chave:** D. Leonor; Gil Vicente; *Boosco Deleitoso*; Franciscanismo

**Abstract:** Queen Leonor was the main driver of Gil Vicente theater. King's widow D. João II and D. Manuel sister, she was the Franciscan Third Order and responsible for many religious works publications, as *Boosco Deleitoso*, spiritual edification treaty, which came to light in 1515. We intend to observe some aspects of Franciscan and / or Augustinianism that unite the life of the Old Queen, the Vicente's plays of devotion and exemplary story that, after all, is the *Boosco Deleitoso*, presenting us a conception of human existence as *peregrinatio* towards the Eternal.

**Keywords:** D. Leonor; Gil Vicente; *Boosco Deleitoso*; Franciscan

A rainha D. Leonor (02/05/1458-17/11/1525) viveu no período de mais alto esplendor do reino de Portugal, quando da conquista do vasto Império ultramarino. Viúva de D. João II, considerado o maior rei português, foi sobretudo graças ao empenho irredutível dessa rainha que o seu irmão, D. Manuel, herdou o reino de Portugal. Isto porque D. João II tinha um filho bastardo, D. Jorge, que queria ver no trono. Mas curvou-se diante da legitimidade de sucessão do seu primo e cunhado, a quem em testamento legou o poder, evitando com isto uma possível guerra civil.

As apreciações que sobre D. Leonor têm sido feitas são as mais díspares: de um lado a acusação, pelos que a consideraram pertencente a um grupo político contrário ao rei, encabeçado pelos Bragança, de haver até mesmo participado de um possível envenenamento do seu esposo<sup>1</sup>. De outro, os que exaltam as suas virtudes, a sua religiosidade, as obras misericordiosas que realizou.

---

<sup>1</sup> Contra isto se coloca os seus biógrafos laudatórios como António Vasco, Conde de Sabugosa, que, com base em pareceres de especialistas, conclui não ter sido o grande rei envenenado por arsênico, mas pelo excesso de carnes e condimentos que ingeria e pelo atraso da ciência de então, incapaz de curar-lhe a grave insuficiência renal de que padecia (SABUGOSA, 1918, p. 223-244)

Deixaremos de lado a discussão sobre os possíveis rancores que pudesse alimentar contra o marido, que, além de ter tido uma amante, D. Ana Mendonça, com quem teve o filho já referido, assassinou, por razões de Estado, o irmão da rainha, D. Diogo, duque de Viseu; e mandou para o cadafalso seu cunhado, o duque de Bragança, processado por traição. Importa-nos, sim, acompanhar as suas realizações meritórias e incontestáveis.

A começar pela fundação da Misericórdia de Lisboa, com a ajuda do seu confessor franciscano, Frei Miguel de Contreiras. Essa obra assistencial expandiu-se em irmandades ou confrarias por todo o reino de Portugal. Também digna de nota foi a criação do Hospital das Caldas, que trouxe inclusive notável desenvolvimento à vila, chamada de Caldas da Rainha. Além disso, promoveu a edificação de igrejas e mosteiros, como os conventos da Madre de Deus e da Anunciada, a Igreja de Nossa Senhora da Merceana e as Capelas Imperfeitas do Mosteiro da Batalha, destinadas ao jazigo perpétuo de seu esposo e do seu filho precoce e tragicamente falecido.

Já ela própria, quis ser enterrada em campa rasa, junto ao mosteiro da Madre de Deus, o que se apresenta como uma última prova de humildade franciscana, praticada por um membro da Ordem Terceira de São Francisco. Em sua viuvez, trocou pelo hábito das clarissas os trajes suntuosos, mas preferiu continuar na posse dos seus inumeráveis bens<sup>2</sup>, que muito usou em favor dos desvalidos e da Igreja.

Intensa foi a atividade intelectual das cortes dos vários reis – D. João II, D. Manuel e D. João III – em que viveu e nas quais foi uma verdadeira mecenas: protegeu a imprensa nascente e fomentou a publicação de obras, sobretudo religiosas, como a tradução da *Vita Christi* (1495), *O Livro de Marco Polo*, (1502)<sup>3</sup>, *Os Actos dos Apóstolos* (1505), *O Espelho de Cristina* (1518) e, o que nos interessa particularmente, o *Boosco Deleitoso* (1515), tratado de edificação espiritual, a que retornaremos adiante. Também patrocinaria a obra *Contra o Juízo dos Astrólogos*, de Frei António de Beja (1523), e, do nosso interesse maior, foi a grande mecenas de Gil Vicente, o extraordinário dramaturgo, que em sua vasta

---

<sup>2</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, no entanto, tem outra opinião: “Que não era desapegada de bens materiais e que os possuía em abundância à data da sua morte, revelam-no várias cartas de quitação. Passadas pela chancelaria de D. João III” (SERRÃO, 1985, p. 485).

<sup>3</sup> E, no mesmo volume, *O Livro de Nicolao Veneto* e a *Carta de um genovez mercador*. Volume dedicado a D. Manuel mas traduzido e impresso por Valentim Franandez, escudeiro da Rainha (SABUGOSA, 1918, p. 305).

produção conta com muitas obras encomendadas pela Rainha, notadamente “Autos de devoção”. Antes de nos determos na relação de D. Leonor com o *Boosco Deleitoso* e com Gil Vicente, importa destacar alguns aspectos cruciais da sua vida, para o que é indispensável nos reportarmos à do seu marido<sup>4</sup>.

D. João II, que reinou de 1481 a 1495, recebeu a alcunha de Príncipe Perfeito<sup>5</sup>. Grande empreendedor e político, sob seu cetro foram tomadas todas as iniciativas para a expansão marítima que resultou na criação do vasto Império português, que abarcou possessões nos vários continentes, como se sabe. Dele seu cunhado D. Manuel herdou o mais rico reino da cristandade, graças sobretudo ao monopólio do comércio de especiarias com a descoberta do caminho marítimo para as Índias.

Ao contrair matrimônio com D. Leonor tomou para divisa da sua casa, conservando-a ao se tornar rei, o significativo símbolo do Pelicano, ave capaz de alimentar os filhos com o próprio sangue<sup>6</sup>. Ao seu povo se doaria inteiramente – tal indica essa imagem, que na iconografia cristã representava o próprio Cristo, seu sacrifício redentor. Com isto, indicava ser divino o seu modelo, bem como o princípio da descendência divina do poder real, princípio este defendido por Luís XI da França<sup>7</sup>.

Quanto à justiça, “foi Princepe mui justo, e mui amigo de justiça e nas exuções dela mais riguroso, e severo, que piedoso” (PINA, 1950, p. 203). Portanto, tal severidade e rigor, que atingiu inclusive seus poderosos cunhados, o aproximava de seu antepassado, Pedro, o Justiciero. Longe de ser, no entanto, espontâneo e passional como este.

Quando o único filho que teve com D. Leonor, D. Afonso, se casou com a herdeira de Castela, em 1490, as festas que se realizaram em Évora foram mais que nunca pomposas. Até porque, com tal casamento, se tornava possível a União Ibérica sob a Coroa portuguesa, sonho maior do Príncipe Perfeito. As comemorações organizadas para a ocasião foram inigualáveis. E delas usufruíram não só os grandes fidalgos de Portugal e

---

<sup>4</sup> Cf., a propósito da vida e reinado do grande soberano, Maleval, 1995.

<sup>5</sup> Foi considerado “porventura, o maior dos Reis portugueses”, na competente avaliação de Joaquim Veríssimo Serrão (1991, p. 24).

<sup>6</sup> Com os dizeres “Por tua ley e por tua grey” (PINA, 1950, p. 64).

<sup>7</sup> Conforme observamos em estudo anterior (MALEVAL, 1995, p. 142).

Castela, mas também o povo. Rui de Pina (1977) e Garcia de Resende (1991), este de forma mais minuciosa, narram, nas crônicas que sobre D. João II escreveram, o esplendor de tais festejos.

Para as comemorações nupciais o rei mandou construir em Évora uma sala de madeira. Nela foram encenados momos – representações de caráter solene e espetacular, a modo de desfiles ou procissões – e os banquetes<sup>8</sup> foram servidos, ao som de muitos instrumentos, diante de convidados vestidos com a maior ostentação, sob a influência da moda francesa. Impressiona a teatralidade dos mesmos, já que, dentre outras iguarias, eram servidos aos convidados bois assados inteiros puxando uma carreta dourada cheia de carneiros também assados inteiros e com os cornos dourados: “e vinha tudo posto num cadafalso tam baixo com rodetas per fundo dele, que não se viam, que os bois pareciam vivos, e que andavam” (RESENDE, 1991, p. 174). Para completar a surpreendente representação, “vinha um moço fidalgo com hũa aguilhada na mão, picando os bois, que parecia que andavam, e levavam a carreta” (RESENDE, 1991, p. 174). Após servidos a Princesa e demais fidalgos, eram dados ao povo: “com grande grita, e prazer, foram espedaçados, e levava cada um quanto podia” (RESENDE, 1991, p. 174).

Os festejos continuaram até o Natal, sendo que o casamento realizou-se em final de novembro de 1490. Atestavam de forma espantosa a magnificência de D. João II. Mas poucos meses depois, em 11 de julho de 1491, o Príncipe herdeiro morreria tragicamente, de uma queda de cavalo. O sonho de D. João II cairia por terra, imergindo a Rainha na mais profunda tristeza e acrescentando ao símbolo do pelicano, em seu brasão, o do camaroeiro, rede de pesca que foi a última lembrança da morte do filho em uma humilde cabana de pescador.

Em 1495, o próprio soberano morreria. Não sem antes, com a orientação do seu confessor franciscano, Frei João da Póvoa, ter dado provas de humildade e arrependimento dos seus atos.

A Rainha-Viúva, D. Leonor, como irmã de D. Manuel, foi por vezes regente do reino, e recebeu a alcunha de Rainha Velha. Dona de uma inestimável fortuna, dedicou-se a obras

---

<sup>8</sup> Desenvolvemos maiores considerações a propósito desses suntuosos banquetes em Maleval, 2014.

de caridade e à proteção da imprensa e do teatro, como vimos. A ela foi dedicado o tratado doutrinário *Boosco Deleitoso*, publicado em 1515, por ser “enclinada a toda virtude e bem-fazer, zelosa grandemente de sua salvaçam e de tôda alma cristaã” (Boosco, 1950, p. 1). Principal mecenas do considerado criador do teatro português, Gil Vicente, este, em seus autos de devoção, veicula ensinamentos do franciscanismo, norteador da Rainha Velha, que como vimos, pertencia à Ordem Terceira de São Francisco.

Aliás, se atentarmos para as palavras da Mofina Mendes, no auto vicentino que tal personagem passou a intitular – “todo o humano deleite / como meu pote d’azeite / há de dar consigo em terra” (Vicente, 2002, p. 126) –, estas se afiguram como uma profunda reflexão acerca das tragédias humanas, como a que cercou a família do Príncipe Perfeito: no momento do maior resplendor, atestado inclusive pelo fausto das festas do casamento do príncipe herdeiro, vê-se diante do *phatos* mais doloroso, com a sua morte tão precoce e inesperada. É como se a vida imitasse a arte, dado que no teatro o *phatos* se apresenta como o momento mais altamente trágico da peça, provocando no espectador sentimentos de temor ou compaixão (Aristóteles, [s.d.], p. 313) e conduzindo à catarse.

Da vida de Gil Vicente, sabe-se pouco. Teria nascido por volta de 1465 e falecido à roda de 1536, ano em que foi representado o seu último auto, *Floresta de enganos*. Sabemos que foi, além de incomparável autor de peças teatrais, ator, ensaiador, músico, talvez cenógrafo, e organizador das festas públicas e palacianas nos reinados de D. Manuel e D. João III. Tem sido identificado ainda com o ourives homônimo, autor da famosa Custódia de Belém<sup>9</sup>. Ou mesmo com o “mestre de retórica” de D. Manuel e com um alfaiate. O seu era um nome bastante comum na época, inclusive há registro também de um carpinteiro assim chamado no século XV.

O certo é que, ligado à Rainha D. Leonor, em seus autos “de devoção” apresenta uma concepção agostiniano-franciscana da existência em sua precariedade e enquanto *peregrinatio* rumo ao eterno. A consciência da morte e sua inexorabilidade está plenamente representada na sua famosa trilogia das Barcas, autos em que a dança macabra se presentifica, atingindo a grande ceifadora a todos, desde os humildes campesinos e tolos aos poderosos soberanos e eclesiastas.

---

<sup>9</sup> Cf. a propósito Freire, 1944.

O religiosismo vicentino já foi inserido por especialistas, como Manuel Delgado Morales (2003, pp. 31-43), no neoplatonismo veiculado na Europa principalmente através de Santo Agostinho, do Pseudo Dionísio, do pensamento íbero-júdeo e dos franciscanos. Demonstrou ele como Gil Vicente se afastou diametralmente do naturalismo de Juan del Encina<sup>10</sup> que, na *Égloga de Cristino y Febea*, faz Justino convencer Cristino a descer a montanha, abandonando o eremitismo, e (re)inserir-se no mundo dos sentidos (do amor, das festas, etc.). Ao passo que Gil Vicente, no *Auto pastoril castelhano*, não permite que o seu protagonista homônimo, inclinado à vida solitária e contemplativa (Vicente, 2002, p. 23), ceda à vaidade e erro da vida mundana à qual o incentiva outro pastor, Brás<sup>11</sup>.

Vimos, em estudo anterior (MALEVAL, 2012), como no *Auto da Alma*, conhecida ‘moralidade’ escrita pelo dramaturgo para a rainha D. Leonor e representada diante da corte na quinta-feira da Paixão de 1508, fica muito clara a concepção cristianizada do platonismo. Inicia-se e conclui-se o auto, significativamente, com a fala de Santo Agostinho. Fala da existência terrena como “triste carreira”, na qual a “humana transitória

---

<sup>10</sup> Manuel Delgado Morales (2003, pp. 31-43), endossando a lição de Menéndez Pelayo (1962), insiste em que a época em que foi produzido o teatro vicentino era de franco florescimento do neoplatonismo italo-hispano (MORALES, 2003, p. 32), através de nomes como Marcilio Ficino, Cristoforo Landino, Pico della Mirandola, Leão Hebreu e Sebastião Fox Morcillo. Não tendo, como afirma, a intenção de demonstrar que Gil Vicente fora leitor de Marcilio Ficino ou de Pico della Mirandola, buscou, sim, “ressaltar a afinidade do seu pensamento com o contexto neoplatônico da época” e a reconhecida influência dos franciscanos na sua obra (MORALES, 2003, p. 34). Quanto a Encina, participando de outra tendência da época, usaria “a linguagem e os motivos do naturalismo que vão desde Lorenzo Valla ou Maquiavel a Rabelais e Montaigne” (MORALES, 2003, p. 32).

<sup>11</sup> Retomando a questão, reportemo-nos ao mito platônico, apresentado no famoso diálogo de Sócrates com Fedro, que compara a alma a “uma força natural e ativa que unisse um carro puxado por uma parelha alada e conduzida por um cocheiro”, sendo que, no caso da alma humana, diferindo da divina, “um dos cavalos é belo e bom, de boa raça, enquanto que o outro é de má raça e de natureza contrária”. Daí resulta ser tão árduo ao cocheiro manter a direção: “conduzir nosso carro é ofício difícil e penoso” (PLATÃO, s.d., p. 224-225). Os cavalos distintos, que medem forças para levar a alma humana ao divino, ao mundo das realidades inteligíveis, ao céu das Idéias Eternas ou baixá-lo ao mundo enganoso dos sentidos, dos instintos, teriam nos dois dramaturgos, nas citadas peças, as suas expressões.

Platão ensina ainda que, se a alma humana consegue evoluir, “chega a conhecer as essências, esse conhecimento das verdades puras a mergulha na maior das felicidades” (PLATÃO: s.d., p. 226). Mas as que não o conseguem, “na impossibilidade de se elevarem até a contemplação do Ser Absoluto, caem e a sua queda as condena à simples Opinião” (PLATÃO: s.d., p. 227). A explicação dessa atração para o “céu da Verdade” é que “somente aí poderiam elas encontrar o alimento capaz de nutri-las e de desenvolver-lhes as asas, aquele que conduz a alma para longe das baixas paixões” (PLATÃO, s.d., p. 227).

Se até aqui podemos perceber a sintonia desse mito com o Cristianismo, necessário se faz observar que deste se afasta ao apontar o Filósofo para as idéias de reencarnacionismo e de politeísmo: “toda alma que segue a de um deus, contempla algumas das verdades; fica isenta de todos os males até nova viagem e se o vôo não se enfraquece ela ignorará eternamente o sofrimento” (PLATÃO, s.d., p. 227).

natureza vai cansada” (VICENTE, 2002, p. 189) e tem necessidade de pousada para descanso e alimento. Exalta o papel da Igreja nesta *peregrinatio* existencial da Alma, entre a orientação do Anjo e as tentações do Demônio, dado ser ela a maternal “santa estalajadeira” que possibilitará o (re)fortalecimento da peregrina (VICENTE, 2002, p. 190).

Também vale lembrar a lição do mestre Gil aos padres que se arvoravam sabedores do porvir, através de carta a D. João III, sobre a imperfeição do mundo terreno face à perfeição divino:

O altíssimo e soberano Deus nosso tem dous mundos. O primeiro foi de sempre e pera sempre, que é a sua resplandecente glória, repouso permanente, quieta paz, sossego sem contenda, prazer avondoso, concórdia triunfante, mundo primeiro. Este segundo em que vivemos, a sabedoria imensa o edificou polo contrairo, scilicet; todo sem repouso, sem firmeza certa, sem fausto permanente, todo breve, todo fraco, todo falso, temeroso, avorrecido, cansado, imperfeito, pera que por estes contrairos sejam conhecidas as perfeições da glória do segre primeiro (VICENTE, 2002, pp. 479-480).

Portanto, o dramaturgo e a sua mecenas tinham uma evidente preocupação doutrinária, concretizando inclusive as Virtudes e a Fé em alegorias belíssimas – por exemplo, no *Auto dos mistérios da Virgem* ou *da Mofina Mendes* e no *Auto da Fé* - que tornavam mais fáceis de serem apreendidos por leigos os dogmas da Igreja e a necessidade da prática de costumes virtuosos e de uma religiosidade não superficial, com vistas à salvação. Desta forma, tinham no pensamento o Boosco Deleitoso, metáfora das benesses espirituais que intitula a obra de que a seguir trataremos, da mesma forma que outras obras doutrinárias do período se intitulavam por metáforas relacionadas ao Paraíso, como *Horto do Esposo*, *Vergel de Consolação* etc.

A anônima obra doutrinária *Boosco Deleitoso*, embora editada no primeiro quartel do século XVI, foi escrita na centúria anterior ou até antes, segundo especialistas como Leite de Vasconcelos (1926)<sup>12</sup> e os que lhe seguem as pegadas – como, dentre outros, Augusto Magne (1950)<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Conhecidas são as teses de Leite de Vasconcelos sobre os arcaísmos linguísticos da obra, desaparecidos no século XV; o que torna possível situar-lhe a escrita em fins do século XIV ou inícios do XV. Cf., a propósito, MAGNE, 1950, p. II.

<sup>13</sup> Ou, mais recentemente, Guido Alberto Bonomini (2008).

Assim, seu contexto de produção e recepção teria como orientação hegemônica o pensamento neoplatônico e o franciscanismo. Nem podemos nos esquecer o modo atuante, em todos os sentidos, dos freires por ocasião da Revolução de Avis e durante os primeiros reinados desta dinastia, sendo inclusive franciscanos os confessores da família real por gerações. Nem que, já à época de D. Dinis, a sua esposa, a Rainha Santa Isabel (c.1269-1336), rezava pela cartilha do santo de Assis<sup>14</sup>, levando uma vida de destacada devoção, humildade, caridade e paciência, inclusive buscando levar o amor onde existia o ódio. E, ao enviuar, segundo a sua crônica (*Vida*, 1921, p. 51) vestiu o hábito da Ordem das Clarissas, passando a residir próxima ao convento que construiu e manteve, só não isolando-se nele pela necessidade de manter-se no século para continuar ajudando aos necessitados, e à própria Ordem, com os seus bens<sup>15</sup>. Inspirou, pois, à Rainha D. Leonor.

Uma questão nos preocupou no início de nossas reflexões: se o *Boosco* se propõe, a partir da obra *De vita solitaria* de Francesco Petrarca, o abandono da vida ativa pela vida solitária, contemplativa, como relacioná-lo à Ordem fundada por S. Francisco, que se baseava fundamentalmente no trabalho apostólico junto às comunidades, exaltando a pregação, a caridade, a mendicância?...

Lembramos que o próprio fundador da Ordem dos Frades Menores em muitos momentos da sua vida sentiu a necessidade de isolar-se. Mas tamanha era a sua força e santidade que conseguia fazê-lo mesmo que em público. Segundo seu primeiro biógrafo, Tomás de Celano, na segunda biografia que escreveu do santo de Assis, este

Procurava sempre um lugar escondido, onde pudesse entregar a seu Deus não só o espírito, mas todo o seu corpo. Quando estava em lugares públicos e era visitado de repente pelo Senhor, para não ficar sem cela, fazia um pequeno abrigo com sua própria capa. Às vezes, quando estava sem capa, para não perder o maná escondido, cobria o rosto com as mangas. Sempre interpunha alguma coisa aos circunstantes, para não perceberem o toque do Amado, e para poder rezar sem que o percebessem, mesmo nos estreitos dum navio. Se nada disso conseguia, fazia de seu próprio peito um templo. Fora de si e totalmente absorto em Deus, ele parava de tossir, de gemer, de suspirar forte, de se entregar a qualquer manifestação externa (*Escritos*, 1988, p. 355).

---

<sup>14</sup> Vale lembrar que S. Francisco nasceu por volta de 1181 e faleceu em 1226, sendo canonizado dois anos depois.

<sup>15</sup> Sua relação com o franciscanismo foi, pois, muito forte, sendo-lhe inclusive atribuída a responsabilidade de trazer para Portugal as ideias mais importantes de Joaquim de Fiore (c. 1135-1202), abraçadas pela ala espiritualista dos franciscanos.



O mesmo vemos no *Bosco Deleitoso*, embora seja uma apologia do eremitismo: a vida solitária é recomendada ou concedida ao ‘mesquinho pecador’ por não ter forças de lutar contra os vícios na vida mundana<sup>16</sup>.

Já tem sido suficientemente indicado pela crítica que a obra é uma glosa do *De vita solitária* escrito por Petrarca entre 1346 e 1356<sup>17</sup>. Composta por 137 capítulos, já observara o seu editor no Brasil, Augusto Magne, que do capítulo XVI ao CVII é uma tradução, com algumas “falhas e interpolações” (MAGNE, 1950, p. V), do citado livro do humanista aretino. Este se compõe de duas partes, como aliás propunha Aristóteles para a constituição dos discursos<sup>18</sup>: apresenta o elogio da vida solitária na primeira, “em que o conceito eremítico e religioso de solidão se confunde de contínuo com a idéia do bucolismo clássico” (MAGNE, 1950, p. IV); e uma farta exemplificação de solitários na segunda, cristãos ou não cristãos, de várias épocas e lugares.

Dentre os paradigmas apresentados<sup>19</sup>, e o que muito nos interessa, se inclui S. Francisco. No entanto, deste o apostolado caritativo não é destacado pelo nobre solitário D. Francisco, homônimo de Petrarca, em seu discurso visando à conversão do Pecador; mas, sim, o pendor do santo para a contemplação, considerada a causa das distinções alcançadas<sup>20</sup>.

---

<sup>16</sup> “E pensei que o Senhor Deus, meu padre binino, sabendo que eu era fraco e de pouco poder e saber e desperteente per todas cousas, nom quis que eu servisse e ministrasse em obras pirigosas e caras de fazer e envoltas e implicadas, mais pola sua piedade quis me consolar per folgança e assesego de contemplaçom, assi como fraco e enfermo e homem pera pouco. Mas veendo ele os outros ferventes em caridade e fortemente arreigados em ela, quise-os ordenar sobre as cousas pirigosas e caras, e nom lhe leixa porém de dar consolaçom em no trabalho e folgança depois do trabalho...” (*Boosco*, 1950, p. 316).

<sup>17</sup> Ao qual acrescentaria o chamado suplemento romualdino feito em 1372, não usado pelo anônimo autor do *Boosco Deleitoso*, que não faz menção a S. Romualdo no arrolamento dos solitários exemplares.

<sup>18</sup> Aristóteles ensinava que as partes do discurso são essencialmente duas: proposição (exposição ou indicação do assunto ou questão) e demonstração (argumentação, provas), aceitando-lhe no máximo quatro partes – exórdio, exposição, prova, epílogo (ARISTÓTELES, [s.d.], p. 246). Ao passo que os romanos, como Cícero (1997, p. 31), propunham seis partes: exórdio, narração, divisão, confirmação, refutação e conclusão. Disso decorre que a retórica aristotélica era mais conhecida na Idade Média do que se pensa, sendo muitas as hagiografias e tratados que seguem essa divisão binária do discurso.

<sup>19</sup> Desenvolvemos esta e outras considerações sobre a obra em MALEVAL, 2013.

<sup>20</sup> “Se ficara na cidade de Assis donde era natural, nom creio que houvera aquela virtude, que ouviam as aves a sua preegaçom. Nem creio que houvera aquele ardor de Serafim mui maravilhoso, per que a sua mente era arrevatada em alta contemplaçom, nem houvera aqueles mui nobres sinaaes das santas chagas de Cristo, pelas quaes os seus membros chagados mostravam que em o seu coração era chagado com o mui ardente amor de Jesu Cristo. Nem creio que houvera tanto acrescentamento de geeraçom de filhos espirituaes do casamento da proveza, com que se ajuntou, em tam pequeno tempo este grorioso Francisco, como quer que escolhesse pera si e pera os seus cavaleiros velas e vigílias perigosas antre as batalhas da vida dos homeês, e esto per saúde de muitos, per conselho e revelaçom de Deus, segundo dele contam” (*Boosco*, 1950, p. 202).

*Boosco deleitoso* é não um tratado abstrato, mas uma narrativa exemplar, repleta de alegorias e escrita em primeira pessoa, na qual o discurso direto avulta em importância. Essa primeira pessoa do discurso é um Pecador inominado, que se apresenta como “mui mezquinho, desterrado do paraíso terreal das mui doces deleitações, polos pecados dos primeiros padres, e lançado em o vale da mezquindade deste mundo”, no qual padece “muitas coitas e trabalhos e mínguas e tribulações sem conto” (*Boosco*, 1950, p. 3). Apresenta, pois, neoplatônica concepção da existência terrena como lugar de carências, dificuldades e sofrimento, de expatriação causada pelo pecado original dos primeiros pais, Adão e Eva.

Além desse desterro do Édem, sua situação é agravada pelos seus próprios pecados, que o afastaram também do paraíso espiritual<sup>21</sup>, sendo que “este paraíso espiritual da alma é a casa da boa consciência” onde há “abundância de paz” pelo “ajuntamento das virtudes”, sendo “a alma do homem virtuoso” “em paraíso espiritual enesta vida presente”, ao contrário do pecador, que já aqui sente “as penas infernaes” e vive “cercado de mui grandes treevas” (*Boosco*, 1950, pp. 3-4). Pecado e culpa, portanto, redundam no inferno em vida.

Consciente, pois, de sua triste situação, passa a afastar-se da cidade para um “campo mui fremoso, comprido de muitas ervas e froles de boõ odor”, embora de sobre si não saíssem “aquelas treevas mui escuras” que o “cercavam em-derredor e dentro” em sua consciência (*Boosco*, 1950, p. 4). Próximo a este campo encontrava-se um bosque “mui espesso de árvores mui fremosas” com “muitas aves que cantavam mui docemente”. Mas o bosque era escuro, enevoado.

Clamando pela ajuda divina, aparece-lhe o belo e resplandecente Anjo Custódio, que o conduz por sendas ásperas e cada vez mais perigosas que, trilhadas, conduzem a belos prados onde se encontram as virtudes, personificadas como belas senhoras.

---

<sup>21</sup> “muito mais grande era minha tribulação e mezquindade porque a minha alma era desterrada do seu paraíso espiritual, que ham as almas santas enesta vida, do que se trespassam ao paraíso celestial” (*Boosco*, 1950, p. 3).

Tais alegorias o rejeitam uma a uma na seguinte ordem: a Justiça,<sup>22</sup> a Temperança<sup>23</sup>, a Fortaleza<sup>24</sup>, a Prudência<sup>25</sup>. São as virtudes cardeais, que, aliás, já na *Ética* de Aristóteles (1979, pp. 121-127) se apresentavam como indispensáveis ao alcance da felicidade<sup>26</sup>.

Com o incentivo do Anjo Custódio, o triste Pecador reinicia a sua peregrinação, por um caminho longo e perigoso<sup>27</sup>, confortado pelo seu Guia e pelo doce canto das aves, que representam os autores das Escrituras sagradas. Neste ermo, se deparam com uma bela casa, morada das virtudes teologais, Fé, Esperança e Caridade. Também estas não o acolhem por motivo de suas más obras, vaidades e apego ao mundo e às coisas terrenas.

O fraco Pecador reinicia nova longa caminhada em meio a perigos, sempre estimulado pelo Anjo, até chegarem a um *locus amoenus*, com muitas árvores frutíferas e fontes de claras águas. Aí encontram a Misericórdia, que apresenta como possível a remissão dos pecados pela Graça decorrente da encarnação e paixão de Jesus Cristo. Então, de mãos dadas com a Misericórdia e o Anjo, é conduzido a um vergel “deleitoso”, no meio do qual havia uma casa “mui alta e mui fremosa e mui grande” (*Boosco*, 1950, p. 16), na qual se encontrava uma dona “mui fremosa e bem guarnida”, “mui alva” e com uma resplandecente coroa (*Boosco*, 1950, p. 17). Esta outra não era senão a Ciência da Escritura de Deus, rodeada de “santos doutores” e sábios, cuja função divina era “ameezinhar os contritos de coração” e “consolar os tristes e os chorosos” (*Boosco*, 1950, pp. 18-19).

Diante da hesitação do pecador em abandonar a sua vida comandada pelos prazeres e posses materiais, apesar da doutrinação que lhe é proporcionada pela “mui fremosa” Ciência das Escrituras, a Justiça “espantosa” o acusa e o atemoriza constantemente, do mesmo modo que a Misericórdia, “mui piedosa donzela”, o consola.

---

<sup>22</sup> Descrita como “tão espantosa” aos maus (*Boosco*, 1950, p. 10).

<sup>23</sup> “mui delicada” (*Boosco*, 1950, p. 10).

<sup>24</sup> “aposta e bem composta de seus membros” (*Boosco*, 1950, p. 11).

<sup>25</sup> “mui cuidosa” (*Boosco*, 1950, p. 12).

<sup>26</sup> Dentre elas, o Sábio estagirita considerava ser a justiça “a maior das virtudes”; nela “estão compreendidas todas as virtudes”, “não é uma parte da virtude, mas a virtude inteira” (ARISTÓTELES, 1979). Coincidentemente, no *Boosco* grande destaque é dada à mesma, sendo das virtudes cardeais a que constantemente fala, para atemorizar o pecador que tanto transgrediu os seus ditames.

<sup>27</sup> Um “caminho mui longo e mui fragooso”, com “muitas águas e per muitos passos prigosos” e “muitas animálias bravas” (*Boosco*, 1950, p. 13).

Em meio a esta situação é que “a dona sabedor e mui fremosa” dá voz a um nobre ermitão, D. Francisco, para que apresente ao Pecador “o louvor da vida solitária e apartada e assessegada” (*Boosco*, 1950, p. 44). Começa, então (capítulo XVI), a tradução, nem sempre fiel, do *De vita solitaria* escrito pelo toscano Francesco Petarca (1304-1374) que, considerado o iniciador do Humanismo, propõe a vida afastada da cidade não apenas com finalidade mística, de contemplação, mas enquanto propiciadora de auto-conhecimento e saber a ser passado a todos através de obras escritas.

Mas baldados são os esforços de D. Francisco para convencer o Pecador a mudar completamente de vida, abandonando a cidade e seus pecados, apesar dos muitos exemplos de sábios que o fizeram e de vozes que assumem o discurso direto para serem mais convincentes.

Diante da indecisão e demora da conversão entra em cena, já no capítulo CX, uma estranha dona, com duas faces – uma muito “amargosa”, para os pecadores, e outra muito bela e doce e resplandecente, para os virtuosos. Trata-se, segundo a Ciência das Escrituras, apoiada em Platão<sup>28</sup>, da “mais alta sabedoria e a mais alta filosofia, e a mais proveitosa que totalas outras sabedorias”: “a memória e relembança da morte” (*Boosco*, 1950, p. 259).

O Pecador é finalmente convertido por graça do “mui alto Deus” e começa a sua penitência no Bosque Nevoso, tendo diante de si o “fogo do inferno e o fedor dos pecados e as tormentas do juízo de Deus” (*Boosco*, 1950, p. 288).

O seu itinerário existencial é resumido no capítulo CXXIII: partiu do Vale Tenebroso da vida pecaminosa ao Bosque Nevoso da penitência; deste, ao Gracioso Campo da meditação que leva à Sabedoria e ao deleite espiritual; e, daí, sempre em companhia da Ciência das Escrituras e do Anjo Custódio, vencidas as últimas batalhas contra a carne, o diabo e o mundo, eleva-se ao Alto Monte da contemplação. Subir o Monte é alcançar o máximo deleite espiritual em vida, só conseguido através do cultivo das virtudes, sendo considerada o estável fundamento das mesmas a humildade (*Boosco*, 1950, p. 309). Portanto, muito

---

<sup>28</sup> Platão serve de fundamento: “assi o diz o mui antigo e alto filósofo Dom Platom, que toda a vida dos sabedores é nembrar-se e pensar na morte, que por esta nembrança fugem os pecados”. E conclui: “esta faz o homem despreçar o mundo, e faz reger dereitamente a vida presente, e esta leva a deanteira antre totalas obras de Deus; esta é a que remata todolos pecados” (*Boosco*, 1950, p. 259).

mais que da Alma vicentina é demorado, interiorizado e conflituoso o seu processo de ascese espiritual.

O Monte é descrito como um *locus amoenus*, comparável ao Paraíso (Boosco, 1950, p. 311). E aí alcança o Pecador a humildade completa, só conseguida a partir do autoconhecimento<sup>29</sup>. Isto lhe faculta o êxtase da experiência mística, descrita de forma bastante sensual, saindo-se do plano das idéias abstratas de Platão para o concretismo do homem medieval, como também aconteceu através da personificação de abstrações como as virtudes, tal qual o Anjo bela e simbolicamente adornadas<sup>30</sup>.

Passa, desde então, a almejar a Pátria Celestial, a sair do desterro que é a vida terrena. E atende ao convite do Esposo divino, para o “paaço celestial. Ca já passou o inverno da vida do mundo”<sup>31</sup>.

A descrição que é feita dessa Vidal remete-nos ao trecho já citado de Gil Vicente. É

vida bem-aventurada, vida segura, vida assessegada, vida freiosa, vida limpa, vida santa, vida que nom sabe morte nem tristeza! Vida sem çugidade e sem corruçom e sem contorvaçom, sem desvairo e sem mudaçom, vida de toda nobreza, comprida de toda dinidade, u nom há aversairo lidador, u nom há tentaçom de pecado, u nom há temor nêhuû, mas amor perfeito! (Boosco, 1950, pp. 337-338)<sup>32</sup>.

Enfim, Platão e o Cristianismo se encontram nesta concepção da imperfeição do mundo material, cujos valores são passageiros e não devem ser cultivados, face ao mundo perfeito

---

<sup>29</sup> Pois “aquele que nom sabe nem conhoce si meesmo nom pode estimar nenhuûa cousa dereitamente” (Boosco, 1950, p. 320). – Aliás esta condição era recomendada já nos antigos templos de Apolo.

<sup>30</sup> Em meio a orações e louvores, estendia as ‘asas do coração’ com o desejo da revelação divina (Boosco, 1950, p. 321), de receber o Esposo da sua alma, embora tardasse a entrega total. O amor místico é então descrito de forma bastante sensual:

“E depois que o táamo mais de dentro da minha alma era perfeitamente apostado e ordenado e o amado era dentro metido, crecia a fiúza aa minha alma e tomava grande atrevimento e com grande atrevimento e com grande desejo, que a constringia, nom se podia mais deteer, e lançava-se subitamente aos beijos do seu amado e, com os beijos apegados enele, aficava-lhe beijos de devaçam, mui de dentro do coraçom” (Boosco, 1950, pp. 323-324).

<sup>31</sup> Em linguagem corrente na Bíblia e no universo trovadoresco, dizia o Amado: “Levanta-te trigosamente, amiga minha, freiosa minha, poomba minha, esposa minha, e vem-te, ca eu cobiiço a tua freiosura”. Ao que a Alma respondia com igual registro: “...assi como deseja o cervo as fontes das águas, assi desejo a ti, meu Senhor Deus” (Boosco, 1950, p. 339)

<sup>32</sup> Na Jerusalém celestial não existe “treevas nem noite nem nenhuû mudamento de tempo”, iluminada pelo “Senhor Deus, que é luz, e o Filho de Deus, que é verdadeira luz de luz e sol de justiça” (Boosco, 1950, p. 340). Entre outras deleitações, “ali reina a caridade perfeita, porque Deus é totalas cousas em todos, o qual todos veem sem fim, e vendo-o sempre ardem em seu amor...” (Boosco, 1950, p. 341).

e iluminado das Idéias eternas ou do Céu. Quanto a S. Francisco<sup>33</sup>, incluiu, no panteão das virtudes oficiais, além da Sabedoria, irmã da Simplicidade, a Pobreza e sua irmã, a Humildade<sup>34</sup>. Condenou da forma mais verdadeira os bens materiais, e, embora valorizando a meditação e a contemplação, a sua doutrina se baseou fundamentalmente na *caritas*, consubstanciada no amor pelo semelhante, na caridade da palavra e do pão.

Gil Vicente, no *Auto dos Mistérios da Virgem* ou da *Mofina Mendes* (Vicente, 2002, pp. 111-133), colocou em cena tais alegorias franciscanas, ao lado da Prudência – virtude cardeal – e da Fé – virtude teologal. De forma magistral nos legou a concretização dramaturgicamente dos ensinamentos franciscanos.

No *Boosco*, somente a completa Humildade, alcançada através da Sabedoria aliada à Consciência da Morte, permitiu ao Pecador a ascensão ao Alto Monte; à contemplação e religião com o Altíssimo.

E a Rainha D. Leonor, como considerá-la em relação a essas virtudes?... Se não abandonou os bens materiais e a altivez, a caridade e o incentivo à divulgação dos ideais franciscanos a aproximaram do Bosco Deleitoso?... As tragédias que lhe marcaram a vida facultaram-lhe o alcance da Sabedoria, pela Consciência da Morte?... São perguntas que não podemos responder de forma peremptória. Mas a sua escolha pela campina rasa para túmulo não seria já uma demonstração da humildade mais completa?...

### **Referencias bibliográficas:**

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Trad. de Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ed. Ouro, [s.d.].

---

<sup>33</sup> No entanto, pode-se colocar em questão o neoplatonismo franciscano a partir do Cântico das criaturas ou *do Irmão Sol*: “e ele é belo e radiante / com grande esplendor: / De ti, Altíssimo é a imagem”... (*Escritos*, 1988: 71). Como pensar esse enternecimento de São Francisco pelas criaturas e pelo Criador em relação ao mito da caverna de Platão?...

<sup>34</sup> No “Elogio das virtudes”, de sua lavra, nos diz:  
“Salve, rainha sabedoria, o Senhor te guarde por tua santa irmã, a pura simplicidade!  
Senhora santa pobreza, o Senhor te guarde por tua santa irmã, a humildade!  
Senhora santa caridade, o Senhor te guarde por tua santa irmã, a obediência!...”  
(*Escritos*, 1988, p. 166)

\_\_\_\_\_. *Ética a Nicômaco*. Trad. de Leonel Vallandro & Gerd Bornheim. São Paulo, Abril Cultural, 1979. (Coleção Os pensadores)

BÍBLIA DE JERUSALÉM (A). S. Paulo: Edições Paulinas, [1981].

BONOMINI, Guido. *O itinerário para as delícias: O locus amoenus entre o De vita solitaria, de Francesco Petrarca, e o Boosco Deleitoso*. Niterói, UFF, 2008. Tese de doutorado.

CICERO, Marcos Tulio. *De inventione. De la invención retórica*. Ed. bilingue com introd., trad. e notas de Bulmaro Reyes Coria. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1997.

*ESCRITOS e biografias de São Francisco de Assis. Crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

FREIRE, Anselmo Braamcamp. *Vida e obra de Gil Vicente, trovador e mestre da balança*. 2 ed. corrigida, Lisboa, 1944.

MAGNE, Augusto. Introdução a *Boosco deleitoso*. Edição do texto de 1515 com introdução, anotações e glossário de Augusto Magne. Volume 1 – texto crítico. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde - Instituto Nacional do Livro, 1950.

MALEVAL, Maria do Amparo. T. Banquetes de rei e do Rei em alguma prosa e teatro medievos. *Abril* (Niterói), n. 6, pp. 37-52, 2014.

\_\_\_\_\_. Revisitando o 'Boosco Deleitoso' na companhia de Gil Vicente. *Colóquio. Letras*, n. 182, pp. 9-20, 2013.

\_\_\_\_\_. A construção da imagem do Príncipe Perfeito: D. João II. In \_\_\_\_\_. *Rastros de Eva no imaginário ibérico* (séculos XII a XVI). Santiago de Compostela: Laiovento, 1995, pp. 140-154.

PLATÃO. Fedro. *Diálogos*. Rio de Janeiro, Ediouro, [s.d.].

VASCONCELOS, José Leite de. *Lições de filologia portuguesa*. 2. ed., Lisboa: Oficinas da Biblioteca Nacional, 1926.

SABUGOSA, Conde de. *A Rainha D. Leonor – 1458-1525*. Lisboa: Portugália Editora, 1918.

SERRÃO, Joel (Org.). *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985.

SOUSA, Ivo Carneiro, *A Rainha D. Leonor (1458-1525). Poder, misericórdia e espiritualidade no Portugal do Renascimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

VICENTE, Gil. *As obras de Gil Vicente*. Direção científica de José Camões. Vol. I. Lisboa, IN-CM, 2002.

*VIDA* e milagres de Dona Isabel, Rainha de Portugal. Texto do século XIV, restituído à sua presumível forma primitiva e acompanhado de notas explicativas por J. J. Nunes, sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.